



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

RELAÇÃO MANUTENÇÃO DE EXTINTORES

OBS. O teste hidrostático e possíveis substituições de peças, estão inclusas no orçamento. (sistema de troca).

QUANTIDADE	LOCAL	VALOR UN.	VALOR TOTAL
09 ABC 6 Kg	EMEI TOCA DOS TOCOS	R\$ 68,00	R\$ 612,00
08 ABC 8 Kg	GINÁSIO POLIESPORTIVO	R\$ 75,00	R\$ 600,00
01 ABC 4 Kg	GINÁSIO POLIESPORTIVO	R\$ 65,00	R\$ 65,00
01 BC 4 Kg	GINÁSIO POLIESPORTIVO	R\$ 65,00	R\$ 65,00
01 BC 6 Kg	GINÁSIO POLIESPORTIVO	R\$ 68,00	R\$ 68,00
04 AP 10 L	GINÁSIO POLIESPORTIVO	R\$ 60,00	R\$ 240,00
02 BC 6 Kg	HOSPITAL	R\$ 68,00	R\$ 136,00
01 ABC 4 KG	HOSPITAL	R\$ 65,00	R\$ 65,00
04 ABC 6 Kg	HOSPITAL	R\$ 68,00	R\$ 272,00
01 BC 4 Kg	HOSPITAL	R\$ 65,00	R\$ 65,00
01 BC 6 Kg	SAÚDE BAIRRO OPERÁRIO	R\$ 68,00	R\$ 68,00
01 AP 10 L	SAÚDE BAIRRO OPERÁRIO	R\$ 60,00	R\$ 60,00
01 BC 4 Kg	SAÚDE BAIRRO OPERÁRIO	R\$ 65,00	R\$ 65,00
01 ABC 6 Kg	EMATER	R\$ 68,00	R\$ 68,00
02 BC 4 Kg	SECRETARIA DE AGRICULTURA	R\$ 65,00	R\$ 130,00
01 AP 10 L	SECRETARIA DE AGRICULTURA	R\$ 60,00	R\$ 60,00
04 BC 6 KG	OBRAS	R\$ 68,00	R\$ 272,00
01 AP 10 L	OBRAS	R\$ 60,00	R\$ 60,00
03 BC 4 Kg	OBRAS	R\$ 65,00	R\$ 195,00
04 BC 12 Kg	OBRAS	R\$ 75,00	R\$ 300,00
02 ABC 4 Kg	CRAS/GINÁSIO	R\$ 65,00	R\$ 130,00
02 BC 4 Kg	CRAS/GINÁSIO	R\$ 65,00	R\$ 130,00
01 AP 10 L	CRAS/GINÁSIO	R\$ 60,00	R\$ 60,00
05 ABC 4 Kg	CENTRO ADMINISTRATIVO	R\$ 65,00	R\$ 325,00
03 ABC 6 Kg	POSTINHO (DIESEL)	R\$ 68,00	R\$ 204,00
05 BC 6 Kg	POSTINHO (RESERVA)	R\$ 68,00	R\$ 340,00
03 BC 4 Kg	POSTINHO (RESERVA)	R\$ 65,00	R\$ 195,00
07 ABC 4 Kg	ÔNIBUS (07 ÔNIBUS)	R\$ 65,00	R\$ 455,00
TOTAL	81 UNIDADES	TOTAL	R\$ 5.305,00

Att;


Ricardo Canova
Téc. Seg. do Trabalho
Ren. 45402098-7

Ricardo Canova

Tapera - RS 12 de junho de 2025.

Rua Presidente Getúlio Vargas, 390, Progresso (54) 99218 7235

CEP 99.490-000

TAPERA - RS

CNPJ: 23.238.761/0001-20

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

Unidade Solicitante: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Responsável: Dioni Junior Ribeiro – Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Data: 12/06/2025

Solicitação de Orçamento para manutenção dos extintores em diversos prédios públicos do Município.

Item	Quant.	LOCAL	Valor Unit.	Valor Total
01	09 ABC 6 KG	EMEI TOCA DOS TOCOS	72,50	652,50
02	08 ABC 8 KG	GINÁSIO POLIESPORTIVO	80,00	640,00
03	01 ABC 4 KG	GINÁSIO POLIESPORTIVO	70,00	70,00
04	01 BC 4 KG	GINÁSIO POLIESPORTIVO	70,00	70,00
05	01 BC 6 KG	GINÁSIO POLIESPORTIVO	72,50	72,50
06	04 AP 10 L	GINÁSIO POLIESPORTIVO	65,00	260,00
07	02 BC 6 KG	HOSPITAL	72,50	145,00
08	01 ABC 4 KG	HOSPITAL	70,00	70,00
09	04 ABC 6 KG	HOSPITAL	72,50	290,00
10	01 BC 4 KG	HOSPITAL	70,00	70,00
11	01 BC 6 KG	SAÚDE BAIRRO OPERÁRIA	72,50	72,50
12	01 AP 10 L	SAÚDE BAIRRO OPERÁRIA	65,00	65,00
13	01 BC 4 KG	SAÚDE BAIRRO OPERÁRIA	70,00	70,00
14	01 ABC 6 KG	EMATER	72,50	72,50
15	02 BC 4 KG	SECRETARIA DE AGRICULTURA	70,00	140,00
16	01 AP 10 L	SECRETARIA DE AGRICULTURA	65,00	65,00
17	04 BC 6 KG	OBRAS	72,50	290,00
18	01 AP 10 L	OBRAS	65,00	65,00
19	03 BC 4 KG	OBRAS	70,00	210,00
20	04 BC 12 KG	OBRAS	85,00	340,00
21	02 ABC 4 KG	CRAS/GINÁSIO	70,00	140,00
22	2 BC 4 KG	CRAS/GINÁSIO	70,00	140,00
23	01 AP 10 L	CRAS/GINÁSIO	65,00	65,00
24	05 ABC 4 KG	CENTRO ADMINISTRATIVO	70,00	350,00
25	03 ABC 6 KG	POSTINHO (DIESEL)	72,50	217,50

26	05 BC 6 KG	POOSTINHO (RESERVA)	72,50	362,50
27	03 BC 4 KG	POOSTINHO (RESERVA)	70,00	210,00
28	09 ABC 4 KG	ÔNIBUS (7 ÔNIBUS)	70,00	630,00
Valor Total				5.845,00

Dados da Empresa:

Razão Social: BRUNA PASETTI LOPES

CNPJ: 33.653.911/0001-77

Endereço: RUA KNOPP DOS SANTOS, 15 - Loteamento Seibel - TAPERA/RS

Assinatura do responsável

Assinatura: Bruna P. Lopes

Data: 11/07/2025

33653911/0001-77
 BRUNA PASETTI LOPES
 LOPES EXTINTORES
 Rua Ari Knopp dos Santos, 15
 L. Seibel - F. (54) 9.9236-8823
 CEP 99490-000
 TAPERA - RS

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

Unidade Solicitante: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Responsável: Dioni Junior Ribeiro – Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Data: 12/06/2025

Solicitação de Orçamento para manutenção dos extintores em diversos prédios públicos do Município.

Item	Quant.	LOCAL	Valor Unit.	Valor Total
01	09 ABC 6 KG	EMEI TOCA DOS TOCOS	R\$ 78,00	R\$ 702,00
02	08 ABC 8 KG	GINÁSIO POLIESPORTIVO	R\$ 85,00	R\$ 680,00
03	01 ABC 4 KG	GINÁSIO POLIESPORTIVO	R\$ 75,00	R\$ 75,00
04	01 BC 4 KG	GINÁSIO POLIESPORTIVO	R\$ 75,00	R\$ 75,00
05	01 BC 6 KG	GINÁSIO POLIESPORTIVO	R\$ 78,00	R\$ 78,00
06	04 AP 10 L	GINÁSIO POLIESPORTIVO	R\$ 70,00	R\$ 280,00
07	02 BC 6 KG	HOSPITAL	R\$ 78,00	R\$ 156,00
08	01 ABC 4 KG	HOSPITAL	R\$ 75,00	R\$ 75,00
09	04 ABC 6 KG	HOSPITAL	R\$ 78,00	R\$ 312,00
10	01 BC 4 KG	HOSPITAL	R\$ 75,00	R\$ 75,00
11	01 BC 6 KG	SAÚDE BAIRRO OPERÁRIA	R\$ 78,00	R\$ 78,00
12	01 AP 10 L	SAÚDE BAIRRO OPERÁRIA	R\$ 70,00	R\$ 70,00
13	01 BC 4 KG	SAÚDE BAIRRO OPERÁRIA	R\$ 75,00	R\$ 75,00
14	01 ABC 6 KG	EMATER	R\$ 78,00	R\$ 78,00
15	02 BC 4 KG	SECRETARIA DE AGRICULTURA	R\$ 75,00	R\$ 150,00
16	01 AP 10 L	SECRETARIA DE AGRICULTURA	R\$ 70,00	R\$ 70,00
17	04 BC 6 KG	OBRAS	R\$ 78,00	R\$ 312,00
18	01 AP 10 L	OBRAS	R\$ 70,00	R\$ 70,00
19	03 BC 4 KG	OBRAS	R\$ 75,00	R\$ 225,00
20	04 BC 12 KG	OBRAS	R\$ 85,00	R\$ 340,00
21	02 ABC 4 KG	CRAS/GINÁSIO	R\$ 75,00	R\$ 150,00
22	2 BC 4 KG	CRAS/GINÁSIO	R\$ 75,00	R\$ 150,00
23	01 AP 10 L	CRAS/GINÁSIO	R\$ 70,00	R\$ 70,00
24	05 ABC 4 KG	CENTRO ADMINISTRATIVO	R\$ 75,00	R\$ 375,00
25	03 ABC 6 KG	POSTINHO (DIESEL)	R\$ 78,00	R\$ 234,00

26	05 BC 6 KG	POOSTINHO (RESERVA)	R\$ 78,00	R\$ 390,00
27	03 BC 4 KG	POOSTINHO (RESERVA)	R\$ 75,00	R\$ 225,00
28	09 ABC 4 KG	ÔNIBUS (7 ÔNIBUS)	R\$ 75,00	R\$ 675,00
Valor Total				R\$ 6.245,00

Dados da Empresa:

Razão Social: DE QUADROS EXTINTORES LTDA

CNPJ: 18.036.984/0001-26

Endereço: GENERAL OSORIO, 1936

Assinatura do responsável



Assinatura: _____

Data: 10/07/2025.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 285/2024****PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 285/2024****GABINETE DA PREFEITA**

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA**, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 88.775.390/0001-12, com sede na Av. General Osório, n.º 533, nesta cidade, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. **PAULA RUBIN FACCO LIBRELOTTO**, brasileira, casada, Médica Clínica, inscrita no CPF 007.585.530-56 e portadora da Carteira de Identificação RG n.º 4082690985, residente e domiciliada na Rua Ricardo Kunde, n.º 1109, Bairro Jardim Petrópolis, em Cruz Alta/RS, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, **VILSON AMAURI SOARES DE SOARES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 08.427.697/0001-93, com sede na Rua Capitão Hipólito Campos, n.º 441, Bairro Vila Rica, CEP 97.716-012, telefone para contato (55) 3251-1229, e-mail: extinchama2009@hotmail.com, na cidade de Santiago/RS, neste ato representado por outorgado público, Sr. Vilson Amauri Soares de Soares, inscrito no CPF sob o n.º 577.740.640-87; **FRONT COMERCIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 43.731.740/0001-00, com sede na Rua Fritz Spornau, n.º 1000 – Fundos - Galpão 02 – 1ª Andar, Bairro Fortaleza, CEP 89.055-200, telefone para contato (47) 33037-1021, e-mail: front@frontcomercial.com.br, na cidade de Blumenau/SC, neste ato representado por outorgado público, Sr(a). Cintia Regina do Nascimento Sestrem, inscrito no CPF sob o n.º 770.815.959-87, doravante denominado simplesmente **DETENTORAS**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo N.º 285/2024, e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preço, decorrente do Pregão Eletrônico N.º 285/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:



1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata de Registro de Preço tem por objeto a aquisição de extintores de incêndio, e recarga, conforme descrito na requisição n.º 35/2024, Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e proposta apresentada na licitação, como se aqui estivessem transcritos, conforme itens a seguir:

Item 01 - Quantidade estimada de:

150 unidades	RECARGA DE EXTINTOR PQS BC 4 KG.		
Detentora: VILSON AMAURI SOARES DE SOARES		Marca: Própria	Valor unitário R\$ 35,00

Item 02 - Quantidade estimada de:

150 unidades	RECARGA DE EXTINTORES AP 10 LT		
Detentora: VILSON AMAURI SOARES DE SOARES		Marca: Própria	Valor unitário R\$ 21,00

Item 03 - Quantidade estimada de:

100 unidades	RECARGA DE EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO 4KG (ABC).		
Detentora: VILSON AMAURI SOARES DE SOARES		Marca: Própria	Valor unitário R\$ 40,00

Item 04 - Quantidade estimada de:

100 unidades	RECARGA DE EXTINTORES 06 KG(ABC).	
Detentora: VILSON AMAURI SOARES DE SOARES	Marca: Própria	Valor unitário R\$ 40,00

Item 05 - Quantidade estimada de:

100 unidades	RECARGA DE EXTINTORES 06 KG(CO2).	
Detentora: VILSON AMAURI SOARES DE SOARES	Marca: Própria	Valor unitário R\$ 95,00

Item 06 - Quantidade estimada de:

50 unidades	AQUISIÇÃO DE EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO 4KG (BC).	
Detentora: FRONT COMERCIAL LTDA	Marca: Mocelin	Valor unitário R\$ 115,94

Item 07 - Quantidade estimada de:

50 unidades	AQUISIÇÃO DE EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO 4KG (ABC).	
Detentora: FRONT COMERCIAL LTDA	Marca: Mocelin	Valor unitário R\$ 138,03

Item 08 - Quantidade estimada de:

50 unidades	AQUISIÇÃO DE EXTINTORES 06 KG(ABC).	
Detentora: FRONT COMERCIAL LTDA	Marca: Mocelin	Valor unitário R\$ 153,03

- 1.2. O objeto deste instrumento deverá estar de acordo com as condições e características contidas no processo licitatório, Pregão Eletrônico Nº 285/2024, com a proposta da fornecedora, com as Leis Federais nº 14.133/2021, e com as cláusulas desta ata, bem como as demais leis pertinentes.
- 1.3. Após assinar a Ata de Registro de Preço, a licitante detentora deverá manter sua condição de habilitação e proposta durante o período de vigência da mesma.
- 1.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CADASTRO RESERVA

- 2.1. A ata de registro de preços, e consequentemente o preço nela registrado, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
 - 2.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
 - 2.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto, deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 2.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.2.1.** O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 2.3.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.4.** Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 2.4.1.** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital de Licitação e se obrigar nos limites dela.
- 2.4.2.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 2.4.2.1.** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 2.4.2.2.** Mantiverem sua proposta original.
- 2.4.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 2.5.** O registro a que se refere o Cadastro Reserva anexo a esta Ata, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 2.6.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 2.7.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 2.7.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação; e

- 2.7.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e/ou nesta Ata.
- 2.8.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 2.9.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 2.10.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 2.11.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 2.12.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos edital de licitação, poderá:
- 2.12.1.** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA SOLICITAÇÃO DO MATERIAL

3.1. O fornecimento do produto registrado nesta Ata se dará através de requisição da unidade solicitante do material.

3.2. Nos casos em que for dispensada a celebração de contrato, o fornecimento se dará por intermédio da Ordem de Fornecimento, a qual deverá conter:

- 3.2.1.** Número do Pregão;
- 3.2.2.** Quantidade;
- 3.2.3.** Descrição do material requisitado;
- 3.2.4.** Local de entrega;
- 3.2.5.** Do recebimento;
- 3.2.6.** Dotação orçamentária onerada;
- 3.2.7.** Valor;
- 3.2.8.** Condições de Pagamento;
- 3.2.9.** Penalidades.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DO ACEITE DO OBJETO

4.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços deverá executar o objeto contratado obedecendo às especificações discriminadas no Anexo I do Termo de Referência, de acordo com a solicitação das Secretarias ordenadoras da despesa.

- 4.2. Verificada a não conformidade das características do produto, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- 4.3. Os responsáveis pelo recebimento efetuarão vistoria no ato de entrega e avaliarão as condições dos produtos. Caso estas condições não sejam satisfatórias, ou em desacordo com as especificações contidas no Anexo I do Edital, a remessa poderá ser devolvida ou recusada, devendo ser substituída por outra, independente da aplicação das penalidades previstas.
- 4.4. Corre por conta da Detentora, qualquer prejuízo causado ao produto em decorrência do transporte.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOS REAJUSTES

- 5.1. O preço para o fornecimento do produto é o constante da cláusula primeira, entendido como justo e suficiente para a total execução do objeto, incluindo-se todos e quaisquer materiais, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros e mão de obra.
- 5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Pregoeiro promover as negociações junto aos fornecedores.
- 5.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Agente de Contratação poderá:
 - 5.3.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
 - 5.3.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6. CLÁUSULA SEXTA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o fornecedor será convocado para negociar a redução do preço registrado.
- 6.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, os fornecedores do cadastro reserva serão convocados, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 6.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, será procedido o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 6.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 6.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 6.2.2.** Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

- 6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, serão convocados os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, será realizado o cancelamento da ata de registro de preços, adotando-se as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, será atualizado o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO

7.1. O registro do fornecedor será cancelado quando o fornecedor:

- 7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do

registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

- 7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.4, será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, os licitantes que compõem o cadastro de reserva, poderão ser convocados observada a ordem de classificação.
- 7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
 - 7.4.1. Por razão de interesse público;
 - 7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

- 8.1. Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

8.1.1. ADVERTÊNCIA

- 8.1.1.1. A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

8.1.2. MULTA

- 8.1.2.1.** Pelo atraso injustificado na execução da obra, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.
- 8.1.2.2.** Pelo atraso injustificado na execução da obra superior a 30 (trinta) dias, contados do termo de ordem de início, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, em substituição ao item 10.3.1, desde o primeiro dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.
- 8.1.2.3.** Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso na execução da obra, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.
- 8.1.2.4.** A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.
- 8.1.2.5.** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.
- 8.1.2.6.** Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.
- 8.1.2.7.** O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 8.1.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**
- 8.1.3.1.** Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura pelo prazo de até um ano, aplicada pelo(a) Prefeito(a) Municipal, nos

termos do art. 156, §4º, da Lei n.º 14.133/2021.

8.1.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR

8.1.4.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito(a) Municipal, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos prejuízos resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de visto, nos termos do art. 156, §5º e §6º, da Lei n.º 14.133/2021.

8.1.5. As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.

8.1.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

8.1.7. Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizados monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha o substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.

9. CLÁUSULA NONA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. Os recursos orçamentários para fazer face às despesas do objeto da presente minuta, para o exercício que lhe corresponda, correrão por conta de dotação orçamentária a seguir codificada: Código Red.: 44, Órgão: 2, Unidade: 1, Ação: 2035, Vínculo: 15000001, Subelemento: 34490522400000000000;

- 9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 10.1. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preço não cessa a obrigação da contratada de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
- 10.2. Fazem parte integrante desta ata, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas no edital e as normas contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

- 11.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Cruz Alta, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços.

E assim, por estarem justos e contratados, firmam a presente Ata, para que surtam os jurídicos e legais efeitos.

Cruz Alta - RS, 03 de setembro de 2024.

Paula Rubin Facco Librelotto

Prefeita Municipal



CRUZ ALTA
PREFEITURA

licitação

VILSON AMAURI
SOARES DE
SOARES:08427697000
195

Assinado de forma digital
por VILSON AMAURI SOARES
DE SOARES:08427697000193

Dados: 2024.09.04 09:35:49

Vilson Amauri Soares de Soares

VILSON AMAURI SOARES DE SOARES

Cintia Regina do Nascimento Sestrem

FRONT COMERCIAL LTDA



MUNICIPIO DE CRUZ ALTA
Assinado eletronicamente por:
DANIELA RUBIN FACCO
LIBRELOTTO
PREFEITA MUNICIPAL

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil



stro de Preços 185/2024



< Volta



PM DE CRUZ ALTA

Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico 285 / 2024

AQUISIÇÃO DE EXTINTORES E RECARGAS DE EXTINTORES.

VILSON AMAURI SOARES DE SOARES (08.427.697/0001-93)

03/09/2024

03/09/2024 a 03/09/2025

421.900,00

421.900,00

astrado.

postilas

o.

Download	Arquivo	Taman
Download	ata rp 285.2024 - vilson amauri soares de soares assinada.pdf	718 K





tor de Tela



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO LARGO
Rua Coronel Jorge Frantz, 675 – Fone/Fax: (55) 3359 4900 – CEP 97900-000

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2025

O **MUNICÍPIO DE CERRO LARGO, RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito sob o CNPJ nº 87.612.990/0001-05, com sede na Rua Cel. Jorge Frantz, nº 675, na cidade de Cerro Largo, RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **PROTÁSIO PEDRO BUTZEN**, doravante denominado MUNICÍPIO e, de outro lado, a empresa **EXTINTORES BARELLA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 91.077.248/0001-06, situada na Rua Marechal Floriano, nº 2564, Centro, em Santo Ângelo/RS, neste ato representada por seu representante legal, doravante denominada CONTRATADA, têm justo e acordado entre si o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL: O presente instrumento está fundamentado nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, Código de Defesa do Consumidor, Código Civil e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direitos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa para recarga de extintores dos prédios públicos e veículos públicos pertencentes à Administração do Município de Cerro Largo, conforme orçamento em anexo com as seguintes especificações:

QUANT.	TIPO E CAPACIDADE	TIPO SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO
128	PÓ 04 kg ABC	Manutenção/ Recarga	R\$ 60,00
09	PÓ 06 kg ABC	Manutenção/ Recarga	R\$ 70,00
01	PÓ 08 kg ABC	Manutenção/ Recarga	R\$ 80,00
12	PÓ 04 kg BC	Manutenção/ Recarga	R\$ 50,00
07	PÓ 08 kg BC	Manutenção/ Recarga	R\$ 70,00
08	PÓ 12 kg BC	Manutenção/ Recarga	R\$ 80,00
19	AP 10 Lts	Manutenção/ Recarga	R\$ 45,00
03	CO2 06 Kg	Manutenção/ Recarga	R\$ 190,00
02	PÓ 02 kg ABC	Manutenção/ Recarga	R\$ 60,00



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO LARGO
Rua Coronel Jorge Frantz, 675 – Fone/Fax: (55) 3359 4900 – CEP 97900-000

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO: Pelo prestação de serviço, o MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA o valor total de R\$11.665,00 (onze mil seiscentos sessenta e cinco reais).

Parágrafo Primeiro: O pagamento ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação da nota fiscal.

Parágrafo Segundo: O pagamento de quaisquer taxas, impostos ou emolumentos concernentes ao objeto do presente instrumento contratual, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas pelo presente contrato.

Parágrafo Terceiro: Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta das seguintes dotação orçamentária: **2013 – Manutenção Maq. Equip. Boeiros/Pontes/DMER**
2006 – Manutenção Prédios Públicos e Praças
2024 – Manutenção Transportes Escolares
2033 – Manutenção Secretaria Municipal de Saúde

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA: O prazo para execução do objeto descrito na Cláusula Segunda, bem como a vigência do presente instrumento será de 12 meses, a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES:

DO MUNICÍPIO: a) proceder o pagamento dos valores ora pactuados; b) fornecer a CONTRATADA todas informações e documentações necessárias para a execução dos serviços contratados; c) exigir o cumprimento de todas as determinações deste contrato; d) exercer o acompanhamento e a fiscalização do presente contrato; e) notificar A CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de qualquer imperfeição e/ou irregularidade no curso da execução deste contrato; f) adotar as providências de sua competência destinadas a remover dificuldades à execução deste Contrato.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO LARGO
Rua Coronel Jorge Frantz, 675 – Fone/Fax: (55) 3359 4900 – CEP 97900-000

DA CONTRATADA: a) prestar os serviços na forma ajustada; b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO; c) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais decorrentes da execução do presente Contrato; d) manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela legislação em vigor; e) responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato; f) fornecer equipamentos de EPIs aos seus funcionários durante toda execução do serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES: O descumprimento total ou parcial, de quaisquer das obrigações estabelecidas no presente contrato, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e às seguintes que poderão ser aplicadas discricionariamente pelo MUNICÍPIO, garantida prévia e ampla defesa em Processo Administrativo, na forma do art. 156, da Lei 14.133/21:

(a) advertência;

(b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido no contrato;

(c) suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos;

(d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: As sanções acima estabelecidas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, depois de facultado o exercício de defesa prévia em processo administrativo, na forma do § 2º a § 5º, do art. 156, da Lei 14.133/21.

Parágrafo Segundo: As multas aplicadas na execução do presente contrato serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração Pública ou cobradas judicialmente.

Parágrafo Terceiro: Ao MUNICÍPIO reserva-se o direito de, a qualquer tempo, paralisar ou suspender a execução do contrato, se for constatada pela fiscalização falhas na execução do serviço contratado.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO LARGO
Rua Coronel Jorge Frantz, 675 – Fone/Fax: (55) 3359 4900 – CEP 97900-000

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS DE RESCISÃO E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO: Ao MUNICÍPIO se reserva o direito de rescindir o presente contrato unilateralmente quando ocorrerem as hipóteses do art. 137 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Único: A rescisão do presente contrato poderá ser ainda amigável, por acordo entre as partes, na forma do art. 138, II da Lei nº 14.133/21, ou judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL: Toda e qualquer alteração ao presente instrumento deverá ser processada mediante a celebração de termo aditivo, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do respectivo fiscal nomeado pela Portaria de nº 83/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de Cerro Largo, RS para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, ou para exigir o seu cumprimento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e convencionadas, as partes assinam o presente contrato de prestação de serviço em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, para um só efeito.

Cerro Largo, RS, aos 16 de abril de 2025.

PROTASIO PEDRO
BUTZEN:3564258
0000

Assinado de forma digital
por PROTASIO PEDRO
BUTZEN:35642580000
Dados: 2025.04.17
10:01:10 -03'00'

**MUNICÍPIO DE CERRO LARGO,
PROTÁSIO PEDRO BUTZEN
PREFEITO MUNICIPAL.**

Documento assinado digitalmente
gov.br FRANCISCO CARLOS BARELLA
Data: 22/04/2025 15:34:27-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**EXTINTORES BARELLA LTDA
EMPRESA CONTRATADA.**

Testemunhas:

1) _____ 2) _____

PM DE CERRO LARGO

Processo de Dispensa 18 / 2025

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECARGAS DE EXTINTORES DE INCÊNDIO DOS PRÉDIOS E VEÍCULOS PÚBLICOS PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CERRO LARGO.

EXTINTORES BARELLA LTDA (91.077.248/0001-06)

16/04/2025

16/04/2025 a 16/04/2026

11.665,00

11.665,00

Responsável	Tipo	Início Responsabilidade	Fim Responsabilidade
SANTANA MACIEL	Fiscal	16/04/2025	16/04/2026

postilas

O.



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS

CONTRATO Nº 17/2024 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA RECARGA DE EXTINTORES PARA O PRÉDIO DA CÂMARA DE VEREADORES DE TRÊS PASSOS-RS. CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2024.

Pelo presente instrumento de contrato para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA RECARGA DE EXTINTORES PARA O PRÉDIO DA CÂMARA DE VEREADORES DE TRÊS PASSOS-RS**, a **CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS-RS**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ Nº 07.257.873/0001-23, com sede na Rua Salgado Filho, Nº 79, Centro, Três Passos-RS, neste ato representado pelo Presidente Sr. Flávio Habitzreiter, doravante denominado de **CONTRATANTE**, de outro lado a empresa **JULI CAROLINE FORTES** inscrita no CNPJ sob o Nº 09.213.806/0001-32, com sede na Av Ijuí, 1410, Centro em Três Passos-RS, CEP: 98600-000. neste ato representada pelo Sra. Juli Caroline Fortes, denominada simplesmente de **CONTRATADA**, certos e ajustadas as cláusulas e condições seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e na Dispensa de Licitação nº 13/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO. O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA RECARGA DE EXTINTORES DO PRÉDIO DA CÂMARA DE VEREADORES DE TRÊS PASSOS-RS**. Conforme descrição do item a seguir:

MATERIAIS A SEREM CONTRATADOS				
Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário Max	Valor Total Max
01	Recarga Extintor, pó químico, ABC 4KG	04	R\$70,00	R\$280,00
Valor Max. Total R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais)				

CLÁUSULA TERCEIRA - EXIGÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES: A **CONTRATADA** deverá seguir as seguintes exigências e atribuições:

3.1. Para prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título de habilitação nos termos do art. 62, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. Para realizar as recargas, a empresa contratada deverá retirar os extintores na Câmara Municipal de Vereadores de Três Passos estando incluído no valor todos os materiais que se fizerem necessários e também o frete.

Estado do Rio Grande do Sul
Camara Municipal de Julio de Castilhos
Secretaria de Financas
Contadoria Geral do Municipio
CNPJ 89.348.932/0001-33

000213/24 Global Orcamentario

Orgao: 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES Unid: 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Dotacao: 010310001.2.198.3390.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
Desdobramento: 02683 339030040000 GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS
Credor: 603 MARCOS ANTONIO COSTA DA CRUZ CGC: 04.903.105/0001-01
Banco: 000 Ag: C/C:
Endereco: Rua Jango Vidal 0443 Schertter Fone: 55999657942 Cruz Alta

Dispensa por Lim 033 032 033Emissao: 12.09.24Vencimento: 12.09.24
---Valor Orcado--- ---Saldo Anterior-- -Valor do Empenho- ---Saldo Atual---
60.000,00 53.792,93 237,80 53.555,13

Item	Qtd	Uni	-----Especificacao-----	Valor Unitario	Valor Total
1			P/pagamento de aquisicao de recarga de extintores da Camara Municipal, cfe. comprovantes em anexo.		
2	2	Und	Recargas Extintores Agua-Pressurizado 10 Litros	39,50	79,00
3	2	Und	Recargas Extintores Po Quimico 06 Kg BC	54,90	109,80
4	1	Und	Recargas Extintores Po Quimico 04 Kg ABC	49,00	49,00

Local de Entrega

Total Geral
237,80

ENCARREGADO SERVICOS

CONTADOR

ORDENADOR DA DESPESA

-----Liquidacao-----
Declaro que o Material foi Fornecido
Servico Prestado Data: / / .

RESPONSAVEL
-----Pagamento-----
Descontos: A- INSS- R\$ - Cred- Total Descontado
Demonst.: B- IRRF- R\$ - Debi- R\$ -

-----Ordem de Pagamento----- Recibo -----
Em / / . Em / / .

Pague-se a importancia
Acima Processada ----- Recebi a importancia
Acima Processada -----
SECRET. FINANCAS ASSINATURA CREDOR

Cheque Certifico Haver Pago
Banco a Importancia Acima
Mencionada -----

Recursos:

TESOUREIRO



CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA/RS

Processo Administrativo nº 32/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2024, QUE FAZEM
ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA E LE
VEICULOS E EXTINTORES LTDA RS

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA, com sede na Av. Sete de Setembro, nº 325, na cidade de Guaíba/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 90.829.888/0001-62, representada por seu Presidente, Sr. João Carlos da Silva Caldas, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) LE VEICULOS E EXTINTORES LTDA RS, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 09.350.631/0001-05, sediado(a) na Rua Jose Adolfo Castro, nº 45, em Camaquã/RS, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por seu sócio Luis Carlos das Neves Borges, conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 32/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 03/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de recarga de extintores de incêndio, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

LO TE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI DADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	1	Recarga de extintores de incêndio contendo água pressurizada com capacidade de 10 litros, tipo A.	269329	Unidade	08	R\$ 44,00	R\$ 352,00
	2	Recarga de extintores de incêndio contendo pó químico com capacidade de 08 kg, tipo BC.	487677	Unidade	05	R\$ 50,00	R\$ 250,00
	3	Recarga de extintores de incêndio contendo pó	487678	Unidade	02	R\$ 42,00	R\$ 84,00



		químico com capacidade de 04 kg, tipo BC.					
4		Recarga de extintores de incêndio contendo gás carbônico com capacidade de 06 kg, tipo BC.	269330	Unidade	04	R\$ 62,00	R\$ 248,00
5		Recarga de extintores de incêndio contendo pó químico com capacidade de 04 kg, tipo ABC (capacidade extintora 2A-20B-C).	487678	Unidade	01	R\$ 46,00	R\$ 46,00
6		Teste hidrostático para 01 extintor contendo Pó Químico, 4Kg, BC.	18074	Unidade	01	R\$ 16,00	R\$ 16,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2024 ou até o recebimento definitivo do objeto contratado, o que vier primeiro, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. Em contratos de escopo, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

6.1. O valor total da contratação é de R\$ 996,00 (novecentos e noventa e seis reais).

- 6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 9.1. São obrigações do Contratante:
- 9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 9.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.8. Cientificar a Procuradoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.10. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 9.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 10.2. Efetuar o fornecimento dos bens e prestar o serviço na forma e prazo indicados neste instrumento e em seus anexos;
- 10.3. Fornecer todos os bens e recursos humanos necessários à execução do Contrato, em conformidade com as normas técnicas e legais pertinentes, assegurando que todos os funcionários envolvidos na execução do serviço estejam identificados com o seu nome, função, uniformizados e munidos de todo os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários para a realização do serviço de recarga dos extintores nos locais indicados pelo fiscal do Contrato;
- 10.4. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado;
- 10.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.6. Comunicar ao contratante, com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência da data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.8. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 10.9. Reparar, corrigir, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de material empregado, sendo, ainda, responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, até o final do período de garantia;
- 10.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 10.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 10.14. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 10.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

- 10.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 10.18. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 10.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.20. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- 10.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 10.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.
 - a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 11.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
 - (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
 - (4) Para a infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
 - (5) Para as infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
 - (6) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

- 12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
 - 12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
 - 12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 12.5.3. Indenizações e multas.

- 12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Guaíba deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: 1 - Câmara Municipal de Guaíba

Unidade: 1 - Unidades Subordinadas

Ação: 8171 - Funcionamento do Legislativo

Elemento de Despesa: 33390300000000000000 – Material de consumo

Recurso: 0500 – Recurso Livre

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

- 15.2. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

- 16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

- 17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaíba/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.



Assinado eletronicamente por:
JOAO CARLOS DA SILVA
CALDAS
363.679.740-91
07/11/2024 14:53:40
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Representante legal do CONTRATANTE

LE VEICULOS E
EXTINTORES

LTDA:09350631000105

Assinado de forma digital por LE
VEICULOS E EXTINTORES
LTDA:09350631000105
Dados: 2024.11.07 14:24:50 -03'00'

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

CM DE GUAÍBA

Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico 3 / 2024
Contratação de empresa especializada para fornecimento de recarga de extintores de incêndio.
LE VEICULOS E EXTINTORES LTDA (09.350.631/0001-05)
07/11/2024
07/11/2024 a 31/12/2024
996,00
996,00

	Tipo	Início Responsabilidade	Fim Responsabilidade
S VIAL	Fiscal	07/11/2024	31/12/2024

postilas
O.

Download	Arquivo	Tamanho	Data d
Download	Contrato/ordem_de_inicio_LE.pdf	181 KB	14

TCE-RS LicitaCon Cidadão



Download	Contrato/PUC11552762024000101.pdf	213 KB	06/06/2025 16:08
Download	Contrato/PUC11552762024000201.pdf	613 KB	06/06/2025 16:08
Download	Contrato/Portaria_1982018_Fiscais_de_Contratos.pdf	244 KB	06/06/2025 16:08
Download	Contrato/Contrato_232024.pdf	254 KB	06/06/2025 16:08



Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul



Imprimir em Tela



CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ENCANTANDO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

R Miguel Luiz Pretto, 535 – Praça da Bandeira Encantado/RS – CEP: 95960-000
Fone: 51 3751 - 0124

CONTRATO Nº 05/2024, QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ENCANTADO/RS E A EMPRESA AMBIENTAL EXTINTORES LTDA.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ENCANTADO**, com sede na cidade de Encantado, rua Miguel Luiz Pretto, nº 535, Praça da Bandeira, CEP 95.960-000, no Estado do RS, inscrita no CNPJ sob o nº 10.567.370/0001-69, neste ato representado pela sua Presidente Sra. Sandra Vian Buffon, brasileira, casada, portadora do CPF nº 424.800.940-49, residente à RS 332, KM 1, nº 167, nesta cidade de Encantado/RS, a seguir denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **AMBIENTAL EXTINTORES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 28.219.226/0001-05, com sede na Rua Carlos Spohr Filho, nº 2956, bairro Moinhos, no município de Lajeado/RS, denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Jeferson Eduardo Leidens, inscrito no CPF sob o nº 018.251.170-71, resolvem celebrar o presente contrato, com base no Artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e de conformidade com o processo de licitação modalidade Dispensa nº 07/2024, **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

1.1. O objeto do presente contrato é o fornecimento de recarga de dois extintores pó químico tipo ABC, com capacidade de 4 kg, que estão disponibilizados no plenário da Câmara Municipal de Vereadores do município de Encantado/RS, situada na Rua Miguel Luiz Pretto nº 535, Praça da Bandeira, bairro Centro na cidade de Encantado/RS, constantes do orçamento em anexo, conforme processo de Dispensa nº 07/2024.

CLAUSULA SEGUNDA:

2.1. A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, a importância de 55,00 (cinquenta e cinco reais) por recarga, totalizando o montante de R\$ 110,00 (cento e dez reais), conforme relação constante da proposta no processo de Dispensa nº 07/2024, aceito pelo **CONTRATADO** entendido os valores acima como preços justos e suficientes para total execução do presente objeto, devidamente vistada pela Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Srª. Sandra Vian Buffon.

2.2. O pagamento será efetuado à vista, em até 20 (vinte) dias após o recebimento da Nota Fiscal, com retenção dos impostos conforme determina a legislação pertinente à matéria.

2.3. A **CONTRATADA** será responsável pelos encargos sociais, taxas, encargos, ou tributos, alvarás e qualquer outra despesa que vier a incidir sobre o serviço, bem como, qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, referente ao pessoal utilizado no cumprimento do objeto, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal decorrentes dos serviços de qualquer tipo de demanda, devendo atender o disposto na legislação trabalhista e previdenciária.

2.4. Para os fins do art. 72, IV, da Lei 14.133/21, indica-se as dotações orçamentárias a seguir para atender as despesas decorrentes da presente contratação:

01.031.0001.2001 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

3.3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO.

CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a emissão da nota de empenho, devidamente instalados na sede da Câmara Municipal de Vereadores, situada na Rua Miguel Luiz Pretto nº 535, Praça da Bandeira, bairro Centro na cidade de Encantado/RS, sem custos adicionais.

CLÁUSULA QUARTA:



CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ENCANTANDO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

R Miguel Luiz Pretto, 535 – Praça da Bandeira Encantado/RS – CEP: 95960-000
Fone: 51 3751 - 0124

4.1. O contrato terá vigência para o período de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura, conforme o prazo de garantia do bem adquirido.

4.2. A contratada assegura garantia total sobre o material contra defeitos de fabricação, cobrindo reposição de peças, incluindo todas despesas de assistência técnica no período de 12 (doze) meses, sem qualquer ônus à Câmara Municipal de Vereadores de Encantado/RS.

CLAUSULA QUINTA:

5.1. O CONTRATANTE não se responsabiliza por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada em contrato e reserva-se o direito de exercer a fiscalização sobre a entrega do objeto do presente contrato, e, ainda, aplicar multas ou rescindir o contrato, caso a empresa descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas no mesmo.

CLAUSULA SEXTA:

6.1. A execução do contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da Câmara Municipal de Vereadores, através da Chefe de Gabinete, Sra. Clarissa Costi, a quem competirá comunicar as falhas porventura constatadas na entrega do bem e solicitar a correção das mesmas.

CLAUSULA SÉTIMA:

7.1. A CONTRATADA deverá providenciar manutenção preventiva e/ou corretiva durante o período de garantia, com a substituição do item sem custos ao CONTRATANTE. Responsabilizando-se pelos eventuais danos causados ao bem que lhe for confiado ou aos seus prepostos, devendo efetuar o ressarcimento correspondente imediatamente após o recebimento da notificação enviada pelo CONTRATANTE, sob pena de glosa de qualquer importância que tenha direito a receber.

CLÁUSULA OITAVA:

8.1. A CONTRATADA assume o compromisso formal de executar o objeto do presente contrato com perfeição e acuidade, bem como, prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

CLAUSULA NONA:

9.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado.

CLAUSULA DÉCIMA:

10.1. A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, por qualquer forma, as obrigações assumidas oriundas do contrato, nem subcontratar, salvo se prévia e expressamente autorizada pela CONTRATANTE.

10.2. A CONTRATADA se obriga a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

11.1. A inexecução total ou parcial do objeto contratual ocasionará a aplicação pelo CONTRATANTE, das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.

11.2. Em caso de infração de qualquer outra disposição deste contrato, será aplicável ao infrator durante a sua execução, multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.

CONTRATO Nº 08/2024

Termo de Contrato para contratação de empresa especializada para recargas de extintores, para a Câmara Municipal de Vacaria.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VACARIA/RS, inscrita no CNPJ sob nº 90.544.057/0001-44, com sede nesta cidade, na Rua Júlio de Castilhos, nº 1.302, Centro, adiante denominada simplesmente de "CONTRATANTE", neste ato representada por sua Presidente, a Vereadora Clarice Brustolin.

CONTRATADA: EMC Equipamentos de Combate a Incêndio Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 27.863.102/0001-97, sediada em Ipê/RS, na ROD ERS 122, KM 131,50, nº 899, Pavilhão 01, Bairro Zona Rural, CEP: 95.240-000, adiante denominada simplesmente de "CONTRATADA", representada neste ato pelo seu sócio proprietário, Rodrigo Marin.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado descrito abaixo, mediante licitação, na modalidade de Dispensa de Licitação nº 15/2024, com fundamento legal no Inciso II e § 3º, do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/21, e demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no processo de dispensa e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

DO OBJETO

Cláusula I. Aquisição de serviço de recarga de extintores existentes na Câmara Municipal de Vacaria.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Recarga de extintores ABC, 4 kg, pó, 5 anos de garantia.	10
02	Recarga de extintores ABC, PQS, 4 kg, 2A20BC, CLASSES A, B e C	01

Cláusula II. As recargas dos extintores serão realizadas 01 (uma) vez por ano.



Rua Júlio de Castilhos, 1.302, Centro
95200-040, Vacaria-RS

(54)3232.1003
camara@camaravacaria.rs.gov.br
www.camaravacaria.rs.gov.br

DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO

Cláusula III. O preço estipulado para a execução do serviço relativo ao objeto deste contrato é de R\$ 594,00 (quinhentos e noventa e quatro reais).

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Recarga de extintores ABC, 4 Kg, pó, 5 anos de garantia.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
02	Recarga de extintores ABC, PQS, 4 Kg, 2A20BC, CLASSES A, B e C	01	R\$ 54,00	R\$ 54,00
TOTAL			R\$ 594,00	

Cláusula IV. O pagamento será feito contra nota de empenho, em até 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação e liquidação de Nota Fiscal no setor de contabilidade da Câmara Municipal de Vacaria, correspondente ao serviço ora contrato.

Cláusula V. Devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária nº 3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Cláusula VI. A CONTRATANTE efetuará as retenções legais, conforme legislação vigente.

Cláusula VII. Vencido o prazo de que trata a cláusula IV deste contrato, sem que a CONTRATANTE tenha efetuado o pagamento, o valor devido será atualizado monetariamente, entre as datas prevista e a efetiva do pagamento, de acordo com a variação do IPCA, ou outro que venha substituí-lo oficialmente.

DA RETIRADA DO OBJETO

Cláusula VIII. Os extintores deverão ser retirados pela contratada, para a execução do serviço de recarga, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após encaminhamento da Nota de Empenho no seguinte endereço: Câmara Municipal de Vacaria, Rua Júlio de Castilhos, 1302, Centro Vacaria/RS, CEP: 95.200-040.

DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Cláusula IX. Após a realização do serviço de recarga, os extintores deverão ser entregues pelo contratado no endereço citado no item anterior, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis. O prazo de entrega dos extintores admite prorrogação, mediante justificativa da contratada.



Rua Júlio de Castilhos, 1.302, Centro
95200-040, Vacaria-RS

(54)3232.1003
camara@camaravacaria.rs.gov.br
www.camaravacaria.rs.gov.br

Cláusula X. Em caso de desconformidade, os extintores deverão ser substituídos às custas do Contratado.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cláusula XI. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes na Dispensa de Licitação nº 15/2024 e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Cláusula XII. Efetuar a entrega dos extintores em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência da Dispensa, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: quantidade e prazo de garantia.

Cláusula XIII. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

Cláusula XIV. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela Câmara Municipal de Vacaria, o objeto com avarias ou defeitos.

Cláusula XV. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

Cláusula XVI. Cumprir fielmente este contrato em todos os seus termos, assim como todos os prazos e condições estipuladas.

Cláusula XVII. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Cláusula XVIII. Efetuar os pagamentos devidos em função do presente Contrato.

Cláusula XIX. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços.

Cláusula XX. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato.



Cláusula XXI. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes na Dispensa de Licitação nº 15/2024 e na proposta, para fins de aceitação e recebimento do objeto.

Cláusula XXII. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

Cláusula XXIII. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado para tal.

Cláusula XXIV. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos em Lei.

Cláusula XXV. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Cláusula XXVI. Designar servidor responsável pelo acompanhamento e supervisão na prestação do serviço, que será um servidor da Câmara Municipal de Vacaria, devendo repassar a CONTRATADA todas as informações pertinentes à realização do serviço pretendido.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula XXVII. A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da CONTRATANTE, por representante devidamente designado, a quem competirá comunicar as falhas constatadas e solicitar a correção das mesmas.

Cláusula XXVIII. A fiscalização de que trata a cláusula anterior será exercida no interesse da CONTRATANTE.

Cláusula XXIX. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

Cláusula XXX. Qualquer fiscalização exercida pela CONTRATANTE, feita em seu exclusivo interesse, não implicará corresponsabilidade pela execução do contrato e não exime a CONTRATADA de suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução do mesmo.



DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula XXXI. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Cláusula XXXII. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da cláusula acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).



Cláusula XXXIII. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Cláusula XXXIV. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Cláusula XXXV. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Cláusula XXXVI. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Cláusula XXXVII. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

DA RESCISÃO/EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula XXXVIII. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Cláusula XXXIX. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



Rua Júlio de Castilhos, 1.302, Centro
95200-040, Vacaria-RS

(54)3232.1003
camara@camaravacaria.rs.gov.br
www.camaravacaria.rs.gov.br

Cláusula XL. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Cláusula XLI. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Cláusula XLII. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Cláusula XLIII. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

DO PRAZO DO CONTRATO

Cláusula XLIV. O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante acordo formal entre as partes, até o limite permitido pela Lei nº 14.133/2021 e posteriores alterações.

DO GESTOR E DO FISCAL DE CONTRATO

Cláusula XLV. Com vistas a preservar o interesse público, fica designado o servidor Vantuir Gregório Freire, para exercer a função de fiscal do presente contrato, assegurado o mesmo a possibilidade de exercer ampla e permanente fiscalização, junto ao contratado, da plena execução do objeto descrito, da cláusula primeira.

Cláusula XLVI. Com vistas a preservar o interesse público, fica designado o servidor Enio Schinato, para exercer a função de gestor do presente contrato, assegurado o mesmo a possibilidade de exercer ampla e permanente fiscalização, junto ao contratado, da plena execução do objeto descrito, da cláusula primeira.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Cláusula XLVII. Do atendimento ao disposto na lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD) – Lei de Proteção de Dados, a contratada deverá atender as exigências deste contrato no tocante ao atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018.

Cláusula XLVIII. A CONTRATADA fica obrigada a:



Rua Júlio de Castilhos, 1.302, Centro
95200-040, Vacaria-RS

(54)3292.1003
camara@camaravacaria.rs.gov.br
www.camaravacaria.rs.gov.br

- a) cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b) cumprir com o estabelecido pela CONTRATANTE para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto;
- c) guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
- d) não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
- e) notificar a CONTRATANTE em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
- f) fornecer informações úteis a CONTRATANTE sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;
- g) implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula XLIX. Respeitadas as disposições deste Contrato, passam a fazer parte integrante do mesmo e terão plena validade entre as partes contratantes, o Edital da Dispensa de Licitação nº 15/2024 e seus anexos, bem como a proposta comercial da CONTRATADA.

Cláusula L. Todas as comunicações relativas ao presente Contrato serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas à CONTRATADA por correio ou e-mail.

Cláusula LL. Durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA se obriga a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital da Dispensa de Licitação nº 15/2024.

DO FORO

Cláusula LII. É competente o Foro da Comarca de Vacaria/RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste Contrato.



Rua Júlio de Castilhos, 1.302, Centro
95200-040, Vacaria-RS

(54)3232.1003
camara@camaravacaria.rs.gov.br
www.camaravacaria.rs.gov.br

Cláusula LIIL. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que lido e achado conforme vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Vacaria/RS, 02 de outubro de 2024.

**Câmara Municipal de Vacaria,
Clarice Brustolin,
Presidente.**

**EMC Equip. de Combate a Incêndio Ltda.,
Rodrigo Marin,
Sócio proprietário.**



Rua Júlio de Castilhos, 1.302, Centro
95200-040, Vacaria-RS

(54)3232.1003
camara@camaravacaria.rs.gov.br
www.camaravacaria.rs.gov.br

2024



◀ Volta



CM DE VACARIA

Processo de Dispensa 15 / 2024

Contratação de empresa para recargas de extintores, para a Câmara Municipal de Vacaria.

Emc Equipamentos de Combate a Incendio Ltda (27.863.102/0001-97)

02/10/2024

02/10/2024 a 02/10/2025

594,00

594,00

Tipo	Início Responsabilidade	Fim Responsabilidade
Gestor	02/10/2024	02/10/2025
Fiscal	02/10/2024	02/10/2025

postilas

Q.

Download	Arquivo	Tamanho	Data de Cadastro
----------	---------	---------	------------------

TCE-RS LicitaCon Cidadão

X

Download

Publicação Contrato 08 Diário Eletrônico.pdf

48 KB

03/10/202



Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

[tor de Tela](#)



MUNICÍPIO DE RIOZINHO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Setor de Licitações e Contratos

PROCESSO nº 557/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 045/2024

CONTRATO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO nº 069/2024

CONTRATO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE RIOZINHO/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Prefeitura Municipal de Riozinho/RS à Av. Guerino Pandolfo, 580, inscrita no CNPJ sob o nº 92.401.553/0001-74, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Sr. **ALCEU MARCOS PRETTO**, inscrito no CPF nº 436.***.***-34, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Riozinho, RS, denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **EXTINTORES PAROBÉ COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 08.811.641/0001-38, estabelecida na Rua Antônio Lopes, nº 149, Guarujá, no município de Parobé/RS, CEP: 95.630-000. Neste ato representado por seu representante legal o Sr. Augusto Rogues Vargas, inscrito no CPF nº 557.***.***-97, a seguir denominado simplesmente **CONTRATADA**, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente instrumento é fundamentado no procedimento realizado pela **CONTRATANTE** através do processo de Dispensa de Licitação nº 045/2024 e na proposta, datada do dia 13/08/2024, e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 artigo 75 inciso II.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 O presente contrato tem por objeto a aquisição e instalação de Extintores, Placas e Iluminação para as Escolas Municipais: Castro Alves, Ulisses Guimarães e Padre Manoel da Nóbrega, conforme condições e descrição constantes no Termo de Referência que faz parte integrante da dispensa de licitação nº 045/2024.

2.1.2 Descrição Detalhada

2.1.2.1 Os produtos deverão ser entregues e instalados nas escolas:

2.1.2.1.1 EMEF Ulisses: Rua Professor José Laurindo de Jesus, nº 673;

2.1.2.1.2 EMEF Castro Alves: Estrada RS 239, nº 3185;

2.1.2.1.3 EMEF Pe. Manoel da Nóbrega: Estrada João Carlota, nº 200 - Alto Riozinho/RS.

2.1.3 A garantia de defeitos de fabricação será de 12 (doze) meses.





MUNICÍPIO DE RIOZINHO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Setor de Licitações e Contratos

PROCESSO nº 557/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 045/2024

2.1.4 Descrição Detalhada por Escola:

2.1.4.1 Castro Alves:

QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	UND	EXTINTOR CLASSE ABC 8KG
1	UND	EXTINTOR CLASSE ABC 4KG
52	UND	PLACA DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO
27	UND	PLACA DE EQUIPAMENTOS
5	UND	PLACA DE ALERTA E PROIBIÇÃO
2	UND	BLOCO AUTONOMO 1200 LUMENS
14	UND	LUMINÁRIA 30 LEDS
16	UND	PONTO ELÉTRICO (MATERIAL+MÃO DE OBRA)

2.1.4.2 Ulisses Guimarães:

QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO
2	UND	EXTINTOR CLASSE ABC 8KG
1	UND	EXTINTOR CLASSE ABC 4KG
57	UND	PLACA DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO
26	UND	PLACA DE EQUIPAMENTOS
4	UND	BLOCO AUTONOMO 1200 LUMENS
17	UND	LUMINÁRIA 30 LEDS
21	UND	PONTO ELÉTRICO (MATERIAL+MÃO DE OBRA)

2.1.4.3 Padre Manoel da Nóbrega:

QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	UND	EXTINTOR CLASSE ABC 8KG
1	UND	EXTINTOR CLASSE ABC 4KG
2	UND	EXTINTOR CLASSE AP 10LTS
2	UND	EXTINTOR CLASSE BC 4KG
23	UND	PLACA DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO
12	UND	PLACA DE EQUIPAMENTOS
9	UND	LUMINÁRIA 30 LEDS
9	UND	PONTO ELÉTRICO (MATERIAL+MÃO DE OBRA)





MUNICÍPIO DE RIOZINHO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Sector de Licitações e Contratos

PROCESSO nº 557/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 045/2024

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1 O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ocorrer a prorrogação em acordo com os limites da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO

4.1 Como contraprestação pela aquisição e instalação do objeto do presente contrato, o MUNICÍPIO compromete-se a pagar:

4.1.1 Castro Alves:

QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UND.	VALOR TOTAL
1	UND	EXTINTOR CLASSE ABC 8KG	R\$ 300,00	R\$ 300,00
1	UND	EXTINTOR CLASSE ABC 4KG	R\$ 190,00	R\$ 190,00
52	UND	PLACA DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO	R\$ 17,00	R\$ 884,00
27	UND	PLACA DE EQUIPAMENTOS	R\$ 17,00	R\$ 459,00
5	UND	PLACA DE ALERTA E PROIBIÇÃO	R\$ 17,00	R\$ 85,00
2	UND	BLOCO AUTONOMO 1200 LUMENS	R\$ 194,50	R\$ 389,00
14	UND	LUMINÁRIA 30 LEDS	R\$ 29,90	R\$ 418,60
16	UND	PONTO ELÉTRICO (MATERIAL+MÃO DE OBRA)	R\$ 121,40	R\$ 1.942,40
		TOTAL		R\$ 4.668,00

4.1.2 Ulisses Guimarães:

QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UND.	VALOR TOTAL
2	UND	EXTINTOR CLASSE ABC 8KG	R\$ 300,00	R\$ 600,00
1	UND	EXTINTOR CLASSE ABC 4KG	R\$ 190,00	R\$ 190,00
57	UND	PLACA DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO	R\$ 17,00	R\$ 969,00
26	UND	PLACA DE EQUIPAMENTOS	R\$ 17,00	R\$ 442,00
4	UND	BLOCO AUTONOMO 1200 LUMENS	R\$ 194,50	R\$ 778,00
17	UND	LUMINÁRIA 30 LEDS	R\$ 29,90	R\$ 508,30
21	UND	PONTO ELÉTRICO (MATERIAL+MÃO DE OBRA)	R\$ 124,46	R\$ 2.613,66
		TOTAL		R\$ 6.100,96

4.1.3 Padre Manoel da Nóbrega:

QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UND.	VALOR TOTAL
1	UND	EXTINTOR CLASSE ABC 8KG	R\$ 300,00	R\$ 300,00
1	UND	EXTINTOR CLASSE ABC 4KG	R\$ 190,00	R\$ 190,00
2	UND	EXTINTOR CLASSE AP 10LTS	R\$ 45,00	R\$ 90,00
2	UND	EXTINTOR CLASSE BC 4KG	R\$ 55,00	R\$ 110,00





MUNICÍPIO DE RIOZINHO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Setor de Licitações e Contratos

PROCESSO nº 557/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 045/2024

23	UND	PLACA DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO	R\$ 17,00	R\$ 391,00
12	UND	PLACA DE EQUIPAMENTOS	R\$ 17,00	R\$ 204,00
9	UND	LUMINÁRIA 30 LEDS	R\$ 29,90	R\$ 269,10
9	UND	PONTO ELÉTRICO (MATERIAL+MÃO DE OBRA)	R\$ 122,00	R\$ 1.098,00
TOTAL				R\$ 2.652,10

4.1.4 Valor total do contrato é de R\$ 13.421,06 (Treze mil, quatrocentos e vinte e um reais e seis centavos).

4.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da aquisição do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado em duas parcelas iguais de R\$ 6.710,53 (Seis mil, setecentos e dez reais e cinquenta e três centavos), sendo a primeira ao término das instalações, com a devida apresentação da nota fiscal e aceite pelo fiscal do contrato.

5.2 O pagamento será realizado por transferência bancária, no qual a conta deverá ser no nome da licitante.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECURSO FINANCEIRO

6.1 As despesas da aquisição, correrão por conta da seguinte dotação abaixo:

Despesa.....	6018
Órgão.....	06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Unidade.....	01 RECURSOS MDE/LIVRE
Função.....	12 Educação
Subfunção.....	361 Ensino Fundamental
Programa.....	0047 Ensino Regular
Projeto / Atividade.....	2019 MANUT. DA EDUCAÇÃO BASICA-MDE
Categoria.....	3.3.3.9.0.39.0.0.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
Recurso STN.....	500 Recursos não vinculados de impostos
Recurso CO.....	1001 Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento
Recurso.....	20 MDE (45)

CLÁUSULA SÉTIMA– DO REEQUILÍBRIO E REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATADOS:

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data da proposta apresentada, em 13/08/2024.





MUNICÍPIO DE RIOZINHO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Sector de Licitações e Contratos

PROCESSO nº 557/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 045/2024

- 7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, da média do índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.6 Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 8.1. O **CONTRATANTE** designa como fiscalizador do presente contrato o Servidor da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, Gilmar Correa Vaz, CPF nº 679.***.***-91.
- 8.2. Dentre as responsabilidades do fiscal, está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas.
- 8.3. Fica designado como Gestor do presente contrato, Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto, o Sr. Gilnei Luis dos Santos, portador do CPF nº 002.***.***-05, a quem caberá as funções definidas no Decreto Municipal nº 010 de 14/02/2024.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:
- 9.2. Efetuar o devido pagamento à **CONTRATADA**, conforme definido neste contrato.
- 9.3. Assegurar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do contrato.
- 9.4. Determinar as providências necessárias quando a prestação dos serviços do objeto do presente contrato, observar o regramento pactuado, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.





MUNICÍPIO DE RIOZINHO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Setor de Licitações e Contratos

PROCESSO nº 557/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 045/2024

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da **CONTRATADA**:

10.2. Prestar os serviços de acordo com as especificações, quantidade e prazos pactuados, bem como nos termos da sua proposta, em conformidade com o que consta no Termo de Referência.

10.3. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para o fornecimento do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

10.4. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no Processo de Dispensa nº 045/2024.

10.5. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à **CONTRATADA** o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários para o fornecimento do objeto contratado.

10.6. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários ao **CONTRATANTE** e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando a entrega do objeto contratado.

10.7. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

11.1. A **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes penalidades:

11.1.1. Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.1.2. Multa, no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.

11.1.3. Impedimento de licitar e de contratar com o **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:

11.1.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

11.1.3.2. Dar causa à inexecução total do contrato.

Página 6 de 9



ALCEU
MARCOS
PRETTO:4369
4470034

Assessoria de Licitação e Contratos
Rua da Liberdade, 110 - Centro
Riozinho - RS - 95695-000
Fone: (51) 3548-1090
E-mail: licitacao@pmriozinho.com.br

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

E-mail: licitacao@pmriozinho.com.br

Fone (51) 3548- 1090 – Ramal 310

WhatsApp: (51) 9 9577-7363

Av. Guerino Pandolfo, 580 – Centro

CEP: 95695-000 – Riozinho – Rio Grande do Sul





MUNICÍPIO DE RIOZINHO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Setor de Licitações e Contratos

PROCESSO nº 557/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 045/2024

11.1.3.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

11.1.3.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

11.1.3.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

11.1.3.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

11.1.4. Declaração de inidoneidade de licitar e contratar com qualquer órgão público da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nas seguintes situações:

11.1.4.1. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.

11.1.4.2. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.2.2. As peculiaridades do caso concreto.

11.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

11.2.4. Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.

11.3. Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula, será oportunizado à **CONTRATADA** defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.

11.4. A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada pelo **CONTRATANTE** composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**.

12.2. A extinção do contrato poderá ser:

12.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

12.2.2. Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**.

Página 7 de 9



ALCEU
MARCOS
PRETTO:4369
4470034

Secretaria Municipal de Licitação e Contratos
Rua da Paz, 100 - Centro
Riozinho - RS, 95695-000
Fone: (51) 3548-1090
E-mail: licitacao@pmriozinho.com.br

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

E-mail: licitacao@pmriozinho.com.br

Fone (51) 3548- 1090 – Ramal 310

WhatsApp: (51) 9 9577-7363

Av. Guerino Pandolfo, 580 – Centro

CEP: 95695-000 – Riozinho – Rio Grande do Sul





**MUNICÍPIO DE RIOZINHO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Setor de Licitações e Contratos**

PROCESSO nº 557/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 045/2024

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

- 13.1** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 13.2** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 13.3** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 13.4** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 13.5** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 13.6** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 13.7** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento do item 10.6, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 13.8** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 13.9** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 13.10** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.





MUNICÍPIO DE RIOZINHO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Setor de Licitações e Contratos

PROCESSO nº 557/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 045/2024

13.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO:

14.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e na sua imprensa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Taquara/RS, para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato. Estando justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma. Riozinho, 21 de agosto de 2024.

ALCEU MARCOS
PRETTO 436944
70034

ALCEU MARCOS PRETTO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

AUGUSTO ROGUES VARGAS
Extintores Parobé Comércio de Equipamentos Ltda
CONTRATADA

Gilnei Luis dos Santos
GESTOR DO CONTRATO

Gilmar Correa Vaz
FISCAL DO CONTRATO



SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

E-mail: licitacao@pmriozinho.com.br

Fone (51) 3548-1090 – Ramal 310

WhatsApp: (51) 9 9577-7363

Av. Guerino Pandolfo, 580 – Centro

CEP: 95695-000 – Riozinho – Rio Grande do Sul



PM DE RIOZINHO

Processo de Dispensa 45 / 2024
Aquisição e instalação de Extintores, Placas e Iluminação para as Escolas Municipais: Castro Alves, Ulisses Guimarães e Padre Manoel da Nóbrega.
Extintores Parobe Comercio de Equipamentos Ltda (08.811.641/0001-38)
21/08/2024
21/08/2024 a 21/08/2025
13.421,06
13.421,06

Tipo	Início Responsabilidade	Fim Responsabilidade
Fiscal	21/08/2024	31/12/2024
Gestor	21/08/2024	31/12/2024

postilas

o.

Download	Arquivo	Tamanho	Data de
----------	---------	---------	---------